

Capacitação de Pessoas com Deficiência para o Trabalho: uma Experiência na APAE de Mafra / SC

FERREIRA, Michelli
APAE de Mafra/SC
michelli_deonizi@hotmail.com

KONKEL, Eliane Nilsen
APAE de Mafra/SC
elikonkel@gmail.com

LIEBL, Aline Fritzen
APAE de Mafra/SC
a_line_fritzen@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho objetiva relatar a experiência do projeto de Qualificação Social e Profissional para Jovens Aprendizizes com Deficiência Intelectual e Autismo, desenvolvido pela APAE de Mafra como uma das ações do Programa de Educação Profissional – PROEP, no período de junho a dezembro de 2023. O projeto consistiu em estimular e desenvolver as habilidades de comportamento adaptativo com vista à capacitação para a inclusão no mundo do trabalho. Utilizou-se dos pressupostos do Relato de Experiência em um contexto ampliado, que considera a conjuntura reflexa da realidade da pessoa com deficiência (PcD) no decorrer do processo de capacitação. Os resultados mostram que os conteúdos articulados e dotados de significado, a metodologia e os recursos adequados, a oportunidade do diálogo, o suporte emocional e o envolvimento da família, foram fundamentais para a efetividade da proposta de inserção dos assuntos relacionados ao trabalho na vida dos jovens envolvidos no projeto; pois, ao fazer sentido para a vida, estavam vinculados à expectativa real do exercício da cidadania por meio do trabalho.

Palavras-chave: Inclusão social. Deficiência intelectual. Autismo. Capacitação para o trabalho.

INTRODUÇÃO

A humanidade apresentou, ao longo da história, mudanças significativas na maneira de agir com relação à pessoa com deficiência. Atualmente, as instituições que objetivam uma educação para o trabalho vinculada ao universo da inclusão sociolaboral, buscam atender as demandas decorrentes das lacunas ainda existentes e oriundas dos processos históricos de exclusão vivenciados pelas pessoas com deficiência.

A inclusão da pessoa com deficiência, mesmo com o conjunto de leis que garantem a empregabilidade, ainda enfrenta muitos obstáculos. Os desafios não se resumem a conseguir uma vaga, mas em mantê-la e com qualidade. Isso significa oferecer salários compatíveis; a possibilidade de carreira; capacitação continuada; vigilância quanto às barreiras, principalmente as atitudinais; promoção funcional e outros. Sassaki (1997) afirma que cabe à sociedade eliminar todas as barreiras físicas, programáticas e atitudinais, para que as pessoas com deficiência possam ter acesso aos serviços, lugares, informações e bens necessários ao seu desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional.

Na experiência de capacitação, identificamos outras dificuldades que, na base do processo de inclusão, precedem as recém-mencionadas e dizem respeito a autonomia e independência; baixa autoestima; frustração; ausência de regulação do comportamento; e outras, relacionadas às habilidades do comportamento adaptativo. O estímulo a essas habilidades inicia-se na infância, no âmbito familiar, escolar e intensificando-se na fase do Ensino Médio. Quando não estimuladas, essa ausência resulta em dificuldades para a inserção e a permanência no mundo do trabalho.

A qualificação para o mundo do trabalho é uma das finalidades da Educação Básica, prevista tanto na Constituição Federal/1988 quanto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96). Por isso, também está presente nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e na Base Nacional Curricular Comum, homologada em 2017, que trata não apenas das disciplinas necessárias para esse fim, mas também de habilidades cada vez mais exigidas no dia a dia profissional.

De acordo com o artigo primeiro da Lei 9.394/96, referente aos objetivos da educação brasileira, estabelece que a educação escolar deve estar “[...] vinculada ao mundo do trabalho e à prática social” (Brasil, 1996, art. 2º). O trabalho, reconhecidamente, exerce um papel central na vida das pessoas. A preparação básica, por sua vez, busca relacionar a teoria com a prática para compreender os processos produtivos em sua dimensão histórica: “O trabalho constitui-se na condição que define e caracteriza o que é o ser humano” (Lancillotti, 2003, p. 52). Savall (2018) complementa, ao prefaciar o documento da Fundação Catarinense de Educação Especial sobre a Iniciação para o Trabalho, que “[...] a deficiência não a destitui de sua natureza humana” (In: Pereira; Ladewig; Miranda, 2018, p. 8). Sobre isso, podemos mobilizar ainda o que diz Vygotsky: “[...] o que decide o destino da pessoa, em última instância, não é o defeito em si mesmo e sim as consequências sociais, sua realização psicossocial” (2012, p. 19). O autor também fez a crítica à sociedade que formata a educação segundo padrões de normalidade segundo o qual, “Todos os nossos instrumentos, toda a técnica, todos os signos e símbolos são calculados para um tipo normal de pessoa (Vygotsky, 2011, p. 867).

As escolas, nos diferentes níveis, vêm enfrentando dificuldades para garantir às pessoas com deficiência o direito de aprender. Os reflexos das dificuldades e dos déficits da fase de escolaridade surgem no processo de inclusão no trabalho, quando se é necessário mobilizar os conhecimentos para a vida. A inclusão escolar é o primeiro passo para permitir que as pessoas com deficiência ou outras necessidades especiais desenvolvam suas habilidades acadêmicas, sociais e socioemocionais; prepara-as para ingressar no mercado de trabalho de forma competitiva e independente, sendo a escola um espaço onde se oportuniza a convivência com

peessoas de diferentes culturas, hábitos e crenças, onde a criança e o jovem passam por diferentes situações que estimulam o amadurecimento emocional.

Diante do exposto, a capacitação para o trabalho torna-se um fator determinante para o sucesso e a autonomia das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, contribuindo para a quebra de estereótipos, a promoção da igualdade de oportunidades e o fortalecimento da diversidade. O trabalho é de grande importância para a vida de todos os seres humanos, é por meio dele que as pessoas podem conquistar independência e reforçar a sua identidade de protagonista de sua própria história, evitando a dependência e a exclusão.

A capacitação para o mundo do trabalho envolve atenção para diferentes aspectos relacionados à acessibilidade, adaptação, empoderamento, autonomia e independência, sensibilização, apoio familiar, acompanhamento permanente, entre outros suportes necessários para a garantia do direito ao trabalho e a cidadania. Na Constituição Federal de 1988 estão os pressupostos para que sejam ampliadas as possibilidades, as perspectivas e as oportunidades de inclusão.

Para as pessoas com deficiência, o direito ao trabalho vem sendo garantido por meio de políticas compulsórias, como a Lei de Cotas (nº 8.213/1991), uma vez que as discussões políticas no âmbito da sociedade, embora tenham avançado nas últimas três décadas, não foram suficientes para que houvesse o reconhecimento da cidadania – sendo esta o status daqueles que são membros de uma sociedade e por ela reconhecidos. Somente com o reconhecimento do direito e com a mobilização dos elementos necessários a inserção socioprofissional, será possível construir a autonomia e acessar o mundo do trabalho. Dessa forma, serão conduzidos os meios de superação dos processos históricos de exclusão, obtendo uma aproximação das PcD do ideal de sociedade vinculado aos direitos humanos – e dentre estes, o direito ao trabalho.

O trabalho é a matriz fundante do ser social, uma vez que ele se constitui em mediação entre o ser natural e o ser social. Além disso, é através do trabalho que são produzidos os bens materiais necessários à existência humana, sendo, portanto, a base a partir da qual se estrutura qualquer forma de sociabilidade (Silva; Braga, 2014, p. 48).

Estar incluído é fazer parte do elemento base da sociabilidade que é o trabalho. Este, porém, deve ser compreendido em uma perspectiva emancipadora, que transcende à concepção predominantemente capitalista, sendo fundamental resgatar o sentimento de pertencimento conferido a qualquer pessoa (Costa (2012), sendo este, o ponto de partida para as instituições que realizam capacitação, ou seja, que buscam possibilitar uma formação impregnada de significados. O trabalho, para a pessoa com deficiência, é uma maneira de se sentir útil, mostrar sua capacidade de realizar algo e seguir sua vida de maneira ativa, altiva e participativa. Pensar

o universo do trabalho para este grupo requer que os organismos públicos e privados compreendam a dimensão social da oportunidade de trabalho para aqueles que, pelas condições socioculturais, passaram ao largo dessa possibilidade; que sempre conviveram com as sombras da baixa expectativa com relação às suas potencialidades; frequentemente comparados a padrões que sequer conseguem entender, quiçá, desenvolver. A inclusão no mundo do trabalho requer a conjugação do verbo “adaptar”, para visualizar, no horizonte, as possibilidades da equidade.

Neste relato de experiência, faz-se um recorte nas questões relacionadas à capacitação para o mundo do trabalho, com destaque para temas como a família, a educação básica, as relações sociais, a aprendizagem, a regulação emocional, as habilidades sociais e profissionais, com vistas a inclusão e permanência nas vagas de trabalho. Neste formato está a possibilidade de construção de uma narrativa que revela um “modus operandi” ou metodologia a partir de evidências comprovadamente assertivas relacionadas a aprendizagem de jovens com deficiência em grupos heterogêneos.

Neste contexto, este estudo tem como objetivo relatar a experiência de capacitação para o trabalho de pessoa com deficiência intelectual e autismo em um programa de educação profissional e visa, por meio das reflexões, contribuir com o processo de inclusão no mundo do trabalho, bem como, para os estudos da educação e em particular, da educação especial.

METODOLOGIA

Este estudo consiste no relato da experiência desenvolvida no curso de capacitação ministrado por profissionais especializados que abordaram um conjunto de conhecimentos teóricos e práticos relacionados às habilidades socioprofissionais, educacionais e socioemocionais. Os dados para o estudo foram obtidos por meio de observações diretas, registros de atividades realizadas no processo de desenvolvimento do projeto e diálogos entre os integrantes da equipe acerca dos limites e das possibilidades do trabalho desenvolvido. Para tal, foram realizados acompanhamentos das atividades de capacitação e da evolução dos participantes ao longo de um período de sete meses, com o intuito de relatar os resultados obtidos segundo o ponto de vista da equipe de profissionais e identificar os fatores que contribuíram para o desenvolvimento das habilidades adaptativas e profissionais como uma forma de aumentar as chances de inserção e permanência no mercado de trabalho.

A experiência descrita foi desenvolvida no período de junho a dezembro de 2023 e consistiu de aulas com periodicidade semanal, com duração de 4 horas, tendo ao final uma carga horária de 112 horas. O projeto contou com o financiamento do Fundo da Infância e da

Adolescência – FIA, cujos recursos foram utilizados para a contratação dos profissionais. A experiência envolveu uma terapeuta ocupacional, uma psicóloga com especialização em RH, uma pedagoga e a coordenação.

O público envolvido constituiu de 17 pessoas com deficiência intelectual e autismo, na faixa etária de 16 a 29 anos. Os jovens foram reunidos por meio de busca ativa nos cursos do Ensino Médio da Rede Regular de Ensino, dentre os quais, alguns remanescentes. Para ingresso, os jovens passavam por triagem realizada pela coordenação e a assistente social e preenchiam um cadastro com informações básicas e específicas, além de apresentação de comprovantes da documentação, dentre os quais, o laudo médico.

Devido ao perfil heterogêneo do grupo, foi necessária a utilização de recursos diversos e de atividades práticas, sendo a estrutura do curso dividida em aulas expositivas (com contribuições do tutor e dos alunos), aulas práticas (na realização de atividades de investigação, fixação de conteúdo e criação, com o intuito de estimular a criatividade, diante do tema abordado) e de demonstração (relacionado ao fazer). Foi elaborada uma apostila (estilo cartilha) com as atividades simples, com utilização de imagens para facilitar a visualização, o entendimento e a realização das mesmas, sendo que o grupo era formado por jovens alfabetizados, semialfabetizados e jovens não alfabetizados.

As intervenções realizadas consistiram em desenvolver e estimular as habilidades envolvidas no comportamento adaptativo ou seja, as habilidades conceituais (linguagem e comunicação, dinheiro, tempo e conceito de número, compreensão de si mesmo, autogestão, auto direção), sociais (habilidades sociais, pessoais e interpessoais, responsabilidade social, autoestima, ingenuidade, resolução de problemas sociais, e a capacidade de seguir as regras, obedecer às leis), práticas (atividades da vida diária, higiene pessoal), qualificação profissional, saúde, cultura, transporte, horários, rotina, segurança, uso de dinheiro, uso do telefone, além de habilidades socioemocionais dos jovens buscando, por meio de vivências, atividades reflexivas, apresentação de situações-problemas, atividades práticas e lúdicas, dinâmicas de grupo, intervenções dialógicas, visitas nas empresas, workshop, entrevistas junto ao SINE, reunião com os pais, trocas de experiência em encontros regionais, de maneira a estimular o vínculo entre os participantes e a equipe.

Essas constatações e registros foram discutidos em reunião da equipe, que realizou uma síntese dos avanços e dos desafios ainda por vencer no processo de formação.

DESENVOLVIMENTO/RESULTADOS

As pessoas com deficiência, gradativamente, conquistam espaços inclusivos. No âmbito do direito ao trabalho está a Lei de Cotas (Lei nº 8.213/91), que promove a inclusão de pessoa com deficiência no mercado de trabalho. A lei estabelece e determina que as empresas devem garantir, de 2 a 5% - de empregabilidade de pessoas com deficiência no seu quadro de vagas, em empresas com mais de 100 funcionários, além de assegurar e dar o suporte com determinações do seu uso legal.

Entretanto, só a garantia da vaga não é o suficiente, pois fatores como a capacitação profissional e a inclusão social são um desafio que está em processo de desenvolvimento e de quebra de preconceitos. No âmbito escolar, com a exposição ao bullying, os jovens estão criando marcas negativas da inclusão, como a baixa autoestima, barreiras emocionais e o capacitismo¹. É importante salientar, que a inclusão escolar é um precursor a inclusão no mercado de trabalho, sendo a inclusão mais do que somente uma inserção de espaço, pois as experiências que os jovens vêm vivenciando ao longo desta caminhada escolar, vão proporcionando o desenvolvimento de suas habilidades, capacidades, comportamento, autonomia e independência, sendo estas bases para que a inclusão no mercado de trabalho não fique somente no papel, pois são o conjunto desses conhecimentos que torna possível o ingresso no mundo do trabalho e sua identificação como ser pertencente.

É importante salientarmos como o Capacitismo está enraizado e traz prejuízos aos jovens. Este é um termo usado para limitar atitudes de discriminação para com as pessoas com deficiência, quando apresenta dúvida em relação às capacidades de trabalhar, aprender, ter independência, autonomia, construir uma família, entre outras, e foca somente na deficiência e nas limitações. A proposta diferenciada desta experiência, está relacionada a busca ativa de jovens com TEA e deficiência intelectual incluídos no âmbito escolar. Observou-se com a experiência do curso de capacitação, que os participantes trouxeram bagagens semelhantes: dificuldades em tomar a iniciativa, necessidade constante de validação de seus trabalhos, baixa autoestima e autoconfiança, visão muito negativa sobre si mesmos, sempre se colocando como ser incapaz, discurso limitado, falta de experiência de atividades extraescolares, falta de autonomia e necessidade de suporte nas atividades de vida diária.

A construção da identidade desses jovens é permeada por fatores externos e internos. A exposição a experiências positivas ou negativas e suas decorrentes interpretações, bem como

¹ “[...] dúvida das capacidades da pessoa com deficiência, que recebe o nome de capacitismo (ableism, em inglês), termo que se originou na década de 1990 nos Estados Unidos e que começamos a usar aqui no Brasil a partir de 2015” (IGNARRA, 2023, p. 61)

os efeitos do capacitismo, vão consolidando papéis que o representarão ao longo de sua trajetória de vida.

No decorrer do curso, criaram-se espaços para os jovens refletirem sobre sua identidade, sendo provocados a pensar sobre quem são, seus gostos e interesses, suas expectativas de vida, seus desejos e os desafios do mundo adulto, pois a grande maioria, foi privada de experiências que estimulassem tais reflexões e só replicam os comportamentos de seus pares, tendo dificuldade de construir atitudes autônomas acabando por prejudicar seu desempenho social e emocional. Reitera-se que no ano de 1981, Ano Internacional da Pessoa Deficiente², o Movimento pelos Direitos das Pessoas Deficientes publicou um documento endereçado à imprensa e versando sobre a igualdade de direitos. O item 04 afirmava, “Quanto à importância das pessoas deficientes serem ouvidas” – alerta que as próprias pessoas com deficiência devem falar sobre seus problemas e demandas, a despeito de representantes.

Esse movimento colaborou com o processo mais amplo de inclusão social, através do qual foram buscadas soluções para que todos pudessem participar, em igualdade de condições, de uma vida em sociedade mais digna, com possibilidade de crescimento pessoal e profissional, livres da tutela, da caridade ou do isolamento, inclusive pela mobilização das pessoas com deficiência (OLIVEIRA, 2018, p. 22).

A privação da oportunidade de se expressar, se impor segundo suas vontades e desejos, contribuíram para a geração de sentimentos de invalidação, exclusão, invisibilidade decorrentes de suas limitações interferindo na construção da autoimagem. Isso se evidenciou nos relatos de sofrimento, de anulação, tanto do meio social como no convívio com a própria família.

Diante disto, observou-se a necessidade do desenvolvimento das habilidades envolvidas no comportamento adaptativo, habilidades socioemocionais, a construção da identidade desses jovens, a conscientização e a percepção das famílias com relação as potencialidades de seus filhos, fatores imprescindíveis para a efetivação da inclusão no mundo do trabalho.

As observações acerca das atividades desenvolvidas no decorrer do curso estão relatadas no quadro abaixo. Consistem dos registros das impressões da equipe referente aos conteúdos desenvolvidos, das intervenções realizadas e das constatações acerca do comportamento dos cursistas com relação aos temas - como eram apreendidos e praticados no cotidiano das aulas - e na troca de experiência com os pais durante as reuniões. Segue abaixo a síntese com os marcos importantes em relação ao trabalho desenvolvido e os resultados observados.

² Em 1981, o termo usado era ‘Pessoa Deficiente’. A partir de 2006, na realização da Convenção ONU sobre os direitos deste público o termo mudou para ‘pessoas com deficiência’.

Quadro 01- Impressões da equipe referente aos conteúdos desenvolvidos:

CONTEÚDOS	INTERVENÇÃO	CONSTATAÇÕES
Identidade Pessoal	Construção de espaço para questionamentos sobre quem são, quais seus papéis e suas expectativas.	Percepção em relação a sua condição de pessoa com deficiência; Compreensão da sua condição de sujeito social; Início de um processo de desenvolvimento do pensamento crítico.
Relacionamento intrapessoal e interpessoal	Atividades didáticas que exigiram envolvimento, socialização, confiança, resolução de problemas, reflexão e diálogo sobre o significado de cada ação.	Desenvolvimento de vínculo, amizades, senso de coletividade, predisposição para os relacionamentos, e autopercepção de si e de suas necessidades.
Sexualidade	Reunião com os pais, rodas de conversas, apresentação de objetos demonstrativos, leitura de imagens sobre o corpo e DSTs.	Questionamentos diversos; Conhecimento do corpo e das sensações; Diferenciação entre os tipos de relacionamento; Comportamentos adequados e inadequados aceitos socialmente; Percepção das famílias com relação à sexualidade dos filhos.
Habilidades sociais	Trabalhos de grupo seguidos de apresentação; dramatização dos temas abordados; desenvoltura no decorrer das aulas;	Dificuldades para eleger um líder e entender sua função no grupo; Dificuldades para expor sua opinião; Dificuldade na articulação entre pensamento e linguagem fazendo exposição de assuntos fora do contexto.
Funções executivas	Estimulação das funções executivas - base para o desenvolvimento das habilidades adaptativas e profissionais.	Dificuldades no entendimento e na realização das ações solicitadas; Ausência da responsabilidade em realizar as tarefas solicitadas para casa; Dificuldades da família em priorizar a oportunidade do curso; Ausência de autonomia para gerenciar rotinas, percepção e iniciativa para seguir orientações cotidianas; Pouco tempo de foco e atenção para atividades diversas.
Visitas técnicas	Visitas em empresas para promover o conhecimento, envolvimento e interesse do cursista. Momentos de reflexão para as trocas de percepções.	Ampliação da visão com relação ao trabalho; observação de novas possibilidades e campos para atuação; Alheamento em relação ao significado de estar naquele local.
Reuniões familiares	Diálogo com os familiares sobre o desenvolvimento do curso; Partilha das observações no decorrer das atividades; rodas de conversa.	Maior credibilidade nas potencialidades do filho (a); Expectativa real quanto a possibilidade de futuro; Valorização do curso após observação da motivação do filho; Quebra de preconceito com relação ao trabalho da APAE.
Socialização ampliada	Viagem para encontro entre jovens da região do Planalto Norte; Palestra interativa e encontro entre jovens com deficiência e autismo que buscam uma oportunidade de trabalho.	Insegurança dos pais pelo distanciamento e por estarem sozinhos; Ansiedade e expectativa por parte dos cursistas em relação à viagem; Experiência de superação de medos; Insegurança dos cursistas em relação a socialização.
Apresentação do perfil profissional – workshop	Reunião com as empresas contratantes, setores do mercado de trabalho das cidades	Após o evento 05 jovens foram contratados devido à participação,

	de Mafra/SC e Rio Negro/PR e equipe do curso.	observação e diálogo direto entre empresa e candidatos.
Tecnologia da Informação	Uso adequado dos diferentes tipos de mídias; Utilização do laboratório de informática para pesquisas; Elaboração do currículo e de endereço de e-mail.	Uso dos recursos de mídia de maneira inadequada; Desconhecimento das funções dos recursos de mídia, Seletividade no uso dos recursos tecnológicos; Inoperância quanto às habilidades básicas do office e internet.

Fonte: Elaborado pela equipe de trabalho, 2024.

Os conteúdos desenvolvidos ao longo do curso foram estruturados de forma a estimular e resgatar os comportamentos adaptativos que em muitos casos precedem as habilidades para o trabalho. Considera-se que a identidade pessoal e social, a sexualidade, a comunicação, as relações sociais, o uso das mídias, entre outros assuntos precisam ser internalizados para serem mobilizados em situações passíveis de ocorrer no ambiente laboral. Portanto o objetivo aqui foi instrumentalizar os cursistas para os desafios do mundo do trabalho.

Um dos pontos de vasta percepção da equipe, foi da evolução do relacionamento interpessoal que os alunos criaram com o passar dos meses. Inicialmente apresentou-se uma turma tímida, com pouco entrosamento e postura corporal retraída em momentos de exposição, porém, criaram confiança, interação e amizades que perdurou durante o curso e após.

Com relação à identidade pessoal, o grupo teve, inicialmente, dificuldade para expressar opiniões, revelando uma configuração a partir de percepções e representações das pessoas de seu convívio social. Esta constatação corrobora com o que afirma Glat (1989), que a imagem que a pessoa deficiente constrói de si mesma reflete a visão de seus parceiros sociais, dessa forma, a identidade pessoal é determinada essencialmente pelo papel que ocupamos no mundo e pelo modo como somos percebidos e tratados pelos demais. Ressalta-se ainda que no período da adolescência, a construção da identidade pessoal constitui um passo crucial na transição para uma nova fase produtiva e madura, que faz parte de tornar-se adulto (Schoen-Ferreira; Aznar-Farias; Silves, 2003). Destaca-se que essa demarcação entre as fases da vida entre as pessoas com deficiência muitas vezes não faz parte das expectativas dos familiares e da sociedade, segundo Marco “[...] colocar um adulto em um lugar de criança é invalida-lo como ser social” (2020. p. 35). Ainda sobre esse assunto, na questão da sexualidade, Pan corrobora ao afirmar a posição de muitas famílias que “[...] lutam por conseguir que seus filhos alcancem parcelas cada vez maiores de autonomia. Alegram-se com cada nova conquista obtida por eles. Contudo são precisamente eles os que amiúde freiam seu desenvolvimento afetivo de múltiplas maneiras e por variadas razões” (2003, p. 52). Lima, Maia e Distler (1999), acrescentam a essa ideia, o fato de que sendo a família o núcleo social básico, as relações aí estabelecidas irão depender das

relações interpessoais de seus integrantes. Assim, as experiências da vida familiar podem auxiliar ou dificultar o processo de desenvolvimento de seus membros. Em outras palavras, o que a pessoa é depende de como são estabelecidas as relações familiares. De maneira geral a capacitação buscou suprir algumas demandas já apontadas por Manfezolli, 2004, e que consideramos fundamentais como a necessidade de uma efetiva mudança na maneira de olhar para esses jovens e adultos, ou seja, possibilitando a promoção de práticas significativas para que eles possam se identificar como sujeitos com direitos e deveres de cidadãos, e para os quais, as oportunidades de desenvolvimento da autonomia é fundamental.

Portanto, o relato dessa experiência vem corroborar com aquilo que os teóricos acima apontam, sobre a necessidade de fortalecer e instrumentalizar as pessoas com deficiência e autismo para ocuparem o lugar social que lhes é de direito. Esta narrativa, longe de ser conclusiva, fará parte de um processo de reflexões sobre a inclusão no mundo do trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados mostraram que a capacitação adequada, o suporte emocional e a adaptação do ambiente de trabalho na empresa são fundamentais para o sucesso da inserção profissional. Durante o período de capacitação, foi possível observar uma evolução significativa no desempenho das atividades, na autonomia e na confiança dos participantes, e segundo os relatos dos familiares, houve mudanças positivas no comportamento dos alunos, principalmente no amadurecimento.

Durante o desenvolvimento do projeto de capacitação profissional, foi possível observar diversos impactos positivos nos participantes. Houve um aumento significativo na autoestima e na autoconfiança, além de um aprimoramento das habilidades adaptativas (comunicação, cuidado pessoal, relações das competências sociais). Além disso, os jovens demonstraram um maior interesse e motivação para aprender e desenvolver as atividades propostas no curso.

Entretanto, diante dos muitos desafios surgentes, e das demandas trazidas pelos cursistas no decorrer do curso, se evidenciou a necessidade de uma capacitação continuada. Temas frequentes trazidos pelos cursistas, como a exposição ao bullying e a percepção de suas capacidades reais, retratadas na repetição da frase “não consigo”, que ficou enraizada em muitos alunos, demonstraram a importância desse espaço coletivo onde era possível o compartilhamento das marcas de suas experiências e o lugar para ressignificar suas ‘limitações’. A condução da equipe foi no sentido de demonstrar que o ‘fazer’ não era um problema, pois as adaptações necessárias no ambiente de trabalho possibilitariam os mesmos de desenvolvê-las,

mas as cicatrizes trazidas, funcionavam como uma trava em muitos momentos, freando o avanço dos jovens.

Outra consideração importante está relacionada a auto regulação do comportamento, pois, muitos cursistas passaram pela experiência da falta de regras, de limites e excesso de permissividade dos adultos em sua volta, tais atitudes prejudicam a conquista de uma vaga no mercado de trabalho, pois as exigências do ambiente corporativo requerem comportamentos de respeito à normatização coerente com o amadurecimento e a adultez dos candidatos às vagas.

As percepções da sociedade sobre as condições do deficiente limitam a estimulação e desenvolvimento de suas habilidades, pois partem do pressuposto que a pessoa com deficiência é uma eterna criança, incapaz de exercer uma profissão e de ter opinião própria. A falta de consideração, do reconhecimento das potencialidades desde a infância influencia na sua percepção e auto reconhecimento enquanto sujeito, cidadão e pertencente à uma sociedade com direitos e deveres, dentre estes direitos, o da capacitação e da oportunidade de trabalho.

A experiência da capacitação possibilitou a compreensão de que todo o processo de formação para a inclusão requer um trabalho em conjunto com a Rede Regular de Ensino pois as habilidades apreendidas no decorrer do curso podem ser desenvolvidas também no decorrer da vida escolar. A valorização das habilidades, a familiarização com as questões relacionadas ao mundo do trabalho e o apoio emocional são fundamentais para o sucesso da inserção profissional

A capacitação profissional é fundamental para promover a inclusão dos jovens no mercado de trabalho e para garantir sua autonomia e independência, contribuindo para sua inserção social e profissional e para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Contudo, mais pesquisas são necessárias para avaliar a eficácia desses projetos e identificar estratégias de aprimoramento.

REFERÊNCIAS

- AMAC. Grupo de Estudos em Habilidades Sociais (GEHS). **As habilidades sociais e suas relações com a criança e o adolescente no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos**. Associação Municipal de Apoio Comunitário. Juiz de Fora: AMAC, 2012. Disponível em: <https://gehsamac.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/09/as-habilidades-sociais-e-o-servic3a7o-de-conviv3aancia.pdf>. Acesso em 23.07.2024.
- ARAÚJO, J. M. de. Constituição, cidadania e trabalho: premissas para o reconhecimento de uma racionalidade estatal pautada na solidariedade. **Revista Direito, Estado e Sociedade**, n. 52, p. 134-158, 2018. Disponível em: <https://direitoestadosociedade.jur.puc-rio.br/media/art%206%20direito%2052.pdf>. Acesso em 18.07.2024.

BRASIL. **Lei nº 8.213, de junho de 1991:** Dispõe sobre planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1991/lei-8213-24-julho-1991-363650-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 10.06.2024.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB.** Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 15.06.2024.

COSTA, M. P. R. **A pessoa com deficiência no mercado de trabalho.** São Carlos: Pedro e João Editores, 2012.

DEL PRETTE, A.; DEL PRETTE, Z. A. P. **Habilidades Sociais:** Intervenções efetivas em grupo. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

GLAT, R. **Somos iguais a vocês:** depoimentos de mulheres com deficiência mental. Rio de Janeiro: Editora AGIR, 1989.

IGNARRA, C.; SAGA, B.: **Manual Anticapacitista:** o que você precisa saber para se tornar uma pessoa aliada contra o capacitismo. São Paulo: Ed. Jandaíra, 2023.

LANCILLOTTI, S. S. P. **Deficiência e trabalho:** redimensionando o singular no contexto universal. Campinas – SP: Autores associados, 2003.

LIMA, R. P; MAIA, R.; DISTLER, S. D. Reflexão sobre um trabalho com famílias. **Espaço**, v.11, p. 37-39, 1999. In: LEITE, Gabriela Almeida; MONTEIRO, Maria Inês Bacellar. **A construção da identidade de sujeitos deficientes no grupo terapêutico-fonoaudiológico.** *Rev. bras. educ. espec.*, Marília, v. 14, n. 02, p. 189-200, ago. 2008 . Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141365382008000200004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 08 set. 2024.

MANFEZOLLI, R. R. **Olha eu já cresci:** a infantilização de jovens e adultos com deficiência mental. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) -Universidade Metodista de Piracicaba, Programa de Pós-Graduação em Educação, Piracicaba, 2004.

MARCO, V. Di. **Capacitismo:** o mito da capacidade. Letramento, Belo Horizonte, MG: 2020.

PAN, J. R. A. **Afetividade e Sexualidade na Pessoa Portadora de Deficiência Mental.** Loyola, São Paulo, SP: 2003.

PEREIRA, J. P. B. S.; LADEWIG, K. R.; MIRANDA, M. T. **Programa de educação profissional:** iniciação para o trabalho: grupo de iniciação: módulo 1. São José: FCEE, 2018.

PASSERINO, L. M.; PEREIRA, A. C. C. Educação, inclusão e trabalho: um debate necessário. **Educação & Realidade**, v. 39, n. 3, p. 831–846, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/4X5NCmXk4V8xxgkhY67ySDk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 27 de junho de 2024.

SASSAKI, R. K. **Inclusão:** Construindo uma Sociedade para Todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SILVA, J. M.; BRAGA, J. Os Sentidos do Trabalho: uma análise circunscrita ao trabalho dos docentes de duas instituições de ensino superior em Salvador. **Revista Formadores: Vivências e Estudos**, Cachoeira - BA, v. 7 n. 1, p. 46-59, Jun. 2014. Disponível em <http://dwvideorec.com.br/ojs3/index.php/formadores/article/view/446/422>

Silva, J. M., & Brandão, J. B. (2014). Os Sentidos do Trabalho: Uma Análise Circunscrita ao Trabalho dos Docentes de duas Instituições de Ensino Superior em Salvador. *Revista Formadores*, 7(1), 46–59. Recuperado de <https://adventista.emnuvens.com.br/formadores/article/view/446>. Acesso em 08 de set 2024.

SCHOEN-FERREIRA, T. H.; AZNAR-FARIAS, M.; SILVARES, E. F. de M. A construção da identidade em adolescentes: um estudo exploratório. **Estudos de Psicologia**, v. 8, n. 1, p. 107-115, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/X5DFFZCZsb4pmrLchTsQVpb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 08 de set 2024.

VYGOTSKY, L. S. A defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da pessoa anormal. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 861-870, dez. 2011.

VYGOTSKY, L. S. Tomo V. **Fundamentos de Defectologia**. Madrid: Visor. Obras Escogidas, 2012.